

FORMA E NARRATIVA- UMA REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS PERIODIZAÇÕES PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DOS CELTAS

Dominique Vieira Coelho das Santos⁸⁰

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do modo pelo qual os historiadores produzem suas narrativas sobre os celtas a partir da construção de formas e periodizações.

Palavras-chave: Narrativa – Periodização – Celtas.

ABSTRACT

This paper presents a discussion on the way historians produce their narratives about the Celts by building frames and periodization.

Keywords: Narrative. Frames – Periodization – Celts.

1 DENTRE OUTRAS COISAS, O HISTORIADOR NARRA

Aprendemos com Roland Barthes que o discurso histórico trabalha em cima de um esquema semântico de dois termos: referente e significante. Apesar do fato nunca ter mais do que uma existência linguística, o historiador o apresenta como se ele fosse o real. Assim, o discurso histórico visa preencher o sentido da história. O historiador reúne

⁸⁰ Professor titular em História Antiga e Medieval da Universidade de Blumenau- FURB, Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (www.furb.br/labeam)

menos fatos do que significantes e aí os relata, organiza-os com a finalidade de estabelecer um sentido positivo. Todo enunciado histórico comporta existentes e ocorrentes. São seres, unidades e predicados reunidos de forma a produzir unidades de conteúdo. Eles não são nem o referente puro e nem o discurso completo, são coleções usadas pelos historiadores. A coleção de Heródoto, por exemplo, é a da guerra. Barthes diz que os existentes da obra do historiador grego são: dinastias, príncipes, generais, soldados, povos e lugares; seus ocorrentes são: devastar, submeter, aliar-se, reinar, consultar um oráculo, fazer um estratagema, etc. Da mesma forma, Patrício, que escreveu duas cartas em latim na Irlanda em algum momento do século V da Era Comum, também apresenta sua própria coleção, que gira em torno do léxico do evangelizador cristão. Ainda, é sobre agricultura, escravidão, administração da propriedade, organização do trabalho na *uilla* romana e temas semelhantes que podemos ler nas obras de Catão, Varrão e Columela. Desta maneira, o problema do discurso histórico é a organização da coexistência, do atrito entre dois tempos, o da enunciação e o da matéria enunciada. Barthes afirma que apesar do efeito gerado, este tipo de discurso não acompanha o real; ele o dota de significado. A narração se torna um significante privilegiado do real. O gosto por este efeito de real é o que mais podemos encontrar nos discursos historiográficos (BARTHES,1988).

Os fragmentos do passado que possuímos precisam ser ordenados. Como nos chegaram, estes vestígios são caóticos, por isso a necessidade do fator narrativo. Em sua obra *A Aguarra do Tempo*, Luís Costa Lima define narrativa como o estabelecimento de uma organização temporal, através da qual o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem. É isso que os historiadores fazem quando fazem história: agrupam diversos indícios do passado que nos chegaram por meio de documentos, fazendo surgir um sistema coerente que considere a si mesmo como verdadeiro. Ou seja, estas narrativas apresentadas pelos historiadores se qualificam como representações adequadas do passado e, assim sendo, elas têm pretensões de validade (COSTA LIMA, 1989: 17).

Outro fator importante a ser levado em consideração é a interpretação. Aprendemos com Hayden White que o ato de interpretar é algo inerente a qualquer obra de história e que é por causa dele que o historiador, ao construir uma narrativa sobre seu objeto, precisa fazer juízos estéticos (escolhendo uma forma de narrar), epistemológicos (definindo um paradigma explicativo) e éticos (selecionando estratégias que permitam que as implicações ideológicas de uma representação possam ser deduzidas para compreensão de problemas sociais do presente). Porque ocorre uma falha neste processo de reconhecimento dos limites internos da narrativa histórica é que muitos historiadores continuam a tratar os seus fatos como se fossem dados e se recusam a reconhecer, que estes, mais do que descobertos, são elaborados (WHITE, 2001: 56).

O mesmo White já nos alertava para o fato de que os historiadores não possuem uma boa relação com a ficção, pois eles acreditam que suas obras não apresentam relações desta natureza. Desta maneira, o historiador acredita ser diferente do romancista, já que, diferentemente deste último, se ocupa de acontecimentos reais e não inventados ou imaginados. O autor, então, nos mostra que não importa se o mundo é concebido como real ou imaginado, a maneira de lhe atribuir sentido é a mesma e o fato do historiador ter em suas mãos documentos, que são considerados fragmentos, indícios de um passado existente, não muda isso. Quando escrevemos histórias, estamos conferindo sentido ao mundo, impondo-lhe uma coerência formal. Os historiadores acreditam ter encontrado a forma da sua narrativa nos próprios eventos, diz White, no entanto, o que na verdade eles fizeram foi impô-la a eles. Ou seja, as obras historiográficas são traduções dos fatos em ficções, ou pelo menos podemos dizer que este é um dos efeitos das narrativas elaboradas pelos historiadores para representar fenômenos ocorridos no passado humano. As histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos e sim como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance. A narrativa histórica é uma mediadora entre os acontecimentos relatados e as estruturas disponíveis em nossa cultura para dotar de sentido estes acontecimentos

(WHITE, 2001: 105-115)⁸¹. Tendo em vista estas considerações iniciais acerca de problemas relacionados à narrativa, passemos à matéria céltica.

2 MAPEAMENTO UMA NOMENCLATURA IMPRECISA

Devido à imprecisão da nomenclatura “celta”, é necessário primeiro uma discussão sobre a mesma para que, então, se fale sobre qualquer outra coisa, uma vez que todas as decisões posteriores estão imediatamente vinculadas à compreensão deste termo e às escolhas feitas quando de seus usos narrativos. Convém adiantar ao leitor que porque os estudos célticos dependem profundamente destas querelas, eles tem como característica intrínseca a interdisciplinaridade e abrangem um imenso arco cronológico, que se estende desde a, assim chamada, “pré-história” até o mundo contemporâneo, claro, mais uma vez, dependendo da compreensão que se tem do que é ou não é celta. Assim, antes de falar sobre periodização no caso da escrita de uma história que se concentre nas sociedades chamadas de “célticas”, é preciso tecer algumas considerações sobre esta nomenclatura. Por isso, apresenta-se a seguinte discussão: A) uma reflexão que, tendo em vista uma análise lexical, tem por objetivo mostrar que, independentemente das teorias escolhidas e defendidas e dos argumentos que seus autores apresentem, o termo “celta” aparece em textos que cobrem um período que abrange da pré-história ao contemporâneo; B) uma

⁸¹ As referências acerca da obra de Hayden White no Brasil são abundantes, mas, em diversos casos, são leituras de traduções ou de outros autores que citam White. Ou seja, citações que não apontam para o original em língua inglesa. Hayden White é um autor menos estudado do que deveria e talvez pouco compreendido. Não raro, encontram-se historiadores que insistem em classificar White como “pós-moderno” e situá-lo ao lado das sentenças “História não é ciência” e “Não há diferença entre História e Literatura, ambas são narrativas produtoras de ficções”, reduzindo a amplitude e o alcance de sua obra. Para uma discussão mais aprofundada sobre o autor, talvez fosse importante a leitura dos livros de Hayden White em idioma original, bem como uma série de discussões em torno dos mesmos. Recomenda-se, por exemplo, a apreciação de uma esclarecedora entrevista concedida pelo próprio White para o periódico *Diacritics* (DOMANSKA; KELLNER; WHITE, 1994), na qual aborda diversas temáticas de interesse do historiador. Em português, pode ser interessante a leitura do bom artigo escrito por Rodrigo Oliveira Marquez, “três polêmicas com Hayden White” (2011). Cf. Localização completa na sessão de referências bibliográficas.

análise do termo (celta), que dá nome a esta matéria, tendo em vista seu aparecimento em língua grega e posterior uso em latim; C) Só depois de ter a certeza que o leitor está ciente da existência destas querelas, falamos sobre periodização de forma mais específica, enfatizando a divisão preferida pela maioria dos arqueólogos e muitos historiadores, a saber, a sequência: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, e período de grandes migrações, mas, sem esquecer que há outras possibilidades de datação, principalmente quando a matéria céltica é estudada por por outros campos do saber.

2.1 CELTAS- DO SÉCULO XIV A. C. AO TEMPO PRESENTE

Aceitando a sugestão feita por Roland Barthes, vimos que é possível ao historiador perceber, analisar e sistematizar os léxicos discursivos que estruturam um texto de história. São “enunciados”, “coleções”, que, organizados de modo a estabelecer coerência e ordem, preenchem de sentido a história. Quando olhamos para os escritos que, de uma forma ou de outra, possuem relação com os celtas, é possível perceber que, cronologicamente, o termo habita as narrativas relacionando-se com um tempo que engloba do século XIV antes da Era Comum até os dias atuais, dezembro de 2012, quando este artigo foi escrito. No entanto, não existe concordância dos estudiosos da matéria céltica sobre desde quando e nem até que período podemos usar esta nomenclatura. O uso do termo pode variar se a ênfase for dada à etnicidade, indícios linguísticos ou cultura material. Ainda, em alguns momentos, as discussões parecem ter muito mais a ver com os usos políticos do passado para a criação, manutenção ou ostentação de identidades étnicas e interesses ideológicos do que com querelas e disputas científicas.

Ana Donnard, por exemplo, escreveu um artigo que contempla a questão, no qual vemos surgir estas disputas identitárias. Segundo ela, em 1991, na cidade italiana de Veneza, ocorreu uma grande exposição sobre os celtas, iniciativa promovida e patrocinada

pelo governo italiano. A principal documentação que serviu como sustentáculo da mostra foi composta de vários itens da cultura material encontrados a partir dos esforços de arqueólogos do mundo inteiro e que fazem parte do acervo de museus europeus. A exposição foi chamada de “Celtas- a primeira Europa”. Donnard mostra o quanto esta idéia irritou profundamente o arqueólogo britânico John Collins, que criticou severamente o fato de que houvesse qualquer relação intercultural que distinguisse algumas etnias como sendo célticas e outras não dentro do Império Britânico. A autora seleciona um trecho específico de Collins em que ele diz que “nunca houve arte, religião ou sociedade celta nas Ilhas Britânicas” para ilustrar o argumento do arqueólogo (DONNARD, 2006). Um debate, sem dúvida, importante dentro da arqueologia, pois, independente de qualquer interesse político, uma análise que enfatize a materialidade parece impor severas dificuldades com relação ao mapeamento desta celticidade no que diz respeito às Ilhas Britânicas, até mesmo para o caso da Irlanda, considerado um país “céltico *par excellence*” (RAFTERY, 1996: 651).

Do ponto de vista da folclorística, por outro lado, a problemática é expressa de maneira distinta. Podemos observar na obra de Joseph Jacobs, por exemplo, que não há qualquer dificuldade quanto ao emprego do termo “celta”, para se referir à etnias das Ilhas Britânicas, sobretudo os irlandeses, muito menos em períodos recentes da História. O autor nos diz, resignificando uma frase do poeta romano Horácio, que “a sina dos celtas” (aqui Jacobs fala dos irlandeses) no Império Britânico (a referência aqui diz respeito aos ingleses) “parece-se com a dos gregos entre os romanos, eles iam à luta nas batalhas, mas sempre eram derrotados. No entanto, o celta cativo escravizou seu captor no reino da imaginação”⁸² (JACOBS, 2000: 13). É notável a atração de Jacobs por este imaginário irlandês e que ele o classifica de “celta”, estabelecendo uma relação de comparação com os gregos e, no contexto da obra, a habilidade destes para elaboração de

⁸²A frase de Horácio é “*Graecia capta ferum victorem cepit*”. Epístolas, Livro II, 1, 156-157

narrativas míticas capazes de encantar até mesmo os que, a princípio, não compartilhavam da mesma cultura. O período analisado por Jacobs, que viveu de 1854 a 1916, é recente, diz respeito às histórias contadas de forma oral, de pai (mãe) para filho (filha) na Escócia, em Gales, na Inglaterra e na Irlanda moderna. As implicações desta concepção são evidentes: 1) Diferentemente da opinião do arqueólogo John Collins, há sim celtas nas Ilhas Britânicas; 2) a Irlanda é um país celta; 3) existe uma continuidade “céltica”, percebida na linguagem, no mito, e no folclore desde a chamada pré-história aos dias atuais.

Miranda J. Green, por sua vez, em sua obra *The Celtic World*, restringe cronologicamente o uso do termo. A autora reuniu especialistas do mundo inteiro para abarcar a história e a cultura destas sociedades, que ela classificou como pertencentes a um “mundo céltico”, em um tempo histórico preciso: “*between 600 BC and AD 600*”. Pelo menos nesta época, podemos falar de celtas, pois, segundo ela, neste período específico: “*Celts existed in some manner, whether self-defined or as a group of peoples who were classified as such by communities who belonged to a separate cultural- and literate-tradition*” (GREEN, 1996: 03). Nem todos os autores concordam com esta definição, ou então, acrescentam termos como “os celtas históricos”, “o período de formação da cultura e sociedade céltica” etc. Mas, claro, é uma interpretação possível, sustentada por um dos grandes nomes dos estudos célticos no mundo.

Na obra *Celtic Culture- A historical Encyclopedia* de John C. Kock, por exemplo, embora o autor ressalte as dificuldades arqueológicas que giram em torno do termo “celta”, principalmente na literatura arqueológica inglesa dos séculos XX e XXI, e, ainda, que o termo “celta”, muitas vezes devido a interesses políticos, só foi aplicado à República da Irlanda e outros países já na modernidade, há grande preocupação com toda esta abrangência cronológica e geográfica. Lê-se, por exemplo, quando são traçados os objetivos e a metodologia da obra de Kock que “*The Encyclopedia covers subjects from the Hallstat and La Tène periods of the later pre-Roman Iron Age to the beginning of the 21st*”

century"; E também que *"Geographically, as well as including the Celtic civilizations of Ireland, Britain and Brittany (Armorica) from ancient times to the present*; De igual modo, a obra cobre *"the ancient Continental Celts of Gaul, the Iberian Peninsula, and central and eastern Europe, together with the Galatians of present-day Turkey*"; lê-se ainda que *"it also follows the Celtic diaspora into the Americas and Australia* (KOCH, 2006: XX-XXI).

Um exame detalhado dos programas, cadernos de resumos e inscrições de trabalhos em diversos congressos dedicados à temática céltica espalhados pelo mundo, da Argentina ao Japão, da Islândia à Inglaterra, é capaz de revelar esta pluralidade de dinâmicas temporais e de temas. Para se concentrar em um caso particular, o *XIV International Congress of Celtic Studies/Comhhdháil Idirnáisiúnta sa Léann Ceilteach*, por exemplo, que ocorreu na cidade irlandesa de Maynooth, englobou tanto temáticas antigas: *"Celt and Non-Celt in Britain and Ireland: A Survey of Ptolemy's Place- and Polity-Names in His Geographia"*, *"Celtic From The West"? A Critique*, *"Late Celtic Coin Types in Austria and Some Relationship to Britannia"*, e ainda *"Religion and Political Resistance in Gaul in the First Century AD"*; quanto relacionadas a períodos históricos mais recentes, tais como: *"The Lady was for Turning: The Thatcher Government's U-Turn(s) over Welsh Language Television, C. 1979-84"*, *"Overview of the Tense System in Literary Modern Irish"*, *"A Struggle Against Indifference: A Revisionist Study into the Cultural Relationship Between England and Wales in the Second Half of the Twentieth Century"*, ou mesmo: *"Who Were the Supposed Audience of the "Medieval Welsh Juvenile Tales"?: A Consideration of the 19th Century Receptions of the "Mabinogion""*. Como se percebe, uma questão de perspectiva teórica, metodológica, epistemológica e, claro, sem estar ausente de vínculos político-ideológicos e com tradições nacionalistas, embora seja notório e sintomático que trabalhos de história e de arqueologia apresentem uma tendência de concentração em períodos mais antigos, se desdobrando até a Idade Média, enquanto que os realizados em outras áreas do saber se estendam por uma duração

temporal bem maior. Mas, como já mencionamos, é importante lembrar, os estudos célticos não se restringem à História e Arqueologia.

No que diz respeito às publicações sobre a temática céltica em português brasileiro, também é possível detectar as mesmas ocorrências, uma grande multiplicidade de temporalidades históricas, de temas e uma pluralidade de disciplinas abordando a questão. A título de exemplo, termos como “celta”, “celtismo” aparecem próximos de vocábulos como “pós-modernidade” em um artigo da mesma Ana Donnard já mencionada: “As origens do Neo-Druidismo: Entre Tradição Céltica e Pós-Modernidade” (2006). Da mesma autora, também é possível ler que “As culturas célticas e suas literaturas representam, desde a Alta Idade Média até os dias de hoje (...)” e “nos países de culturas célticas identidade é uma questão cotidiana”, ou ainda que “esse mundo céltico tão antigo atravessou eras, se expandiu nas navegações e chega até hoje nas literaturas modernas” (DONNARD, 2011: 179; 183). É importante ressaltar que não afirma-se aqui qualquer afinidade ou apoio às teorias da continuidade paleolítica ou outras compartilhadas pela autora, apenas quer-se enfatizar os empregos do termo “celta” em diversos sentidos e contextos, uma tarefa de sistematização de léxicos e análise de discursos.

Quando observamos as reflexões de Adriene Baron Tacla em seu capítulo de livro sobre a “Dama” de Vix, escrito para integrar uma obra sobre mulheres na Antiguidade, organizada por Maria Regina Cândido (2012), as periodizações são outras, teorias diferentes são mencionadas, bem como a documentação e a historiografia elencada também são distintas, talvez devido ao fato de que a autora possui formação arqueológica. Já Elaine Pereira Farrell, por exemplo, escreveu um artigo sobre a Irlanda Medieval (2011) e não mencionou uma única vez o termo “celta” ou seus relativos, embora algumas referências assim apareçam na bibliografia mencionada pela autora, fazendo surgir termos como “*Celtic Theology*” ou “*Women in a Celtic Church*”, o que, no entanto, de forma alguma significa que a autora concorde com a idéia de uma teologia ou

uma Igreja “céltica”, muito menos para o caso da história irlandesa. Uma breve consulta aos artigos publicados na revista do Brathair- Grupo de Estudos Celtas e Germânicos (<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>) ou no *Brazilian Journal of Irish Studies*, uma publicação da ABEI-associação Brasileira de Estudos Irlandeses, pode elucidar mais exemplos acerca desta multiplicidade de usos e abusos do termo “celta” e seus afins, bem como as diversas temporalidades que circundam a questão.

Para uma análise destes discursos, pouco importa quem está com a razão (se é que isso é possível diante de um caso tão complexo e plural), se a eleição será pela teoria A ou B, se a escolha será por abordar tempos tão longínquos quanto o XIV a. E.C., falando em “primeiros celtas”, “proto-celtas”, ou mesmo “antecessores dos celtas”, se tal definição será feita com base em estudos empreendidos por arqueólogos⁸³ utilizando meios de datação e classificação como a termoluminiscência e o Carbono 14, por exemplo, em parceria com várias ciências como a paleobotânica, paleozoologia etc; ou se, privilegiar-se-á investigações sobre tempos mais recentes, tais como as referências aos “celtas” que aparecerem na obra de linguistas, filólogos, antropólogos, sociólogos, folcloristas etc. Também é importante lembrar que para alguns, como é o caso de M.A Morse, *“the Celts are, and always were, a creation of human mind”* (MORSE, 2005: 185). A historiografia está repleta de embates desta natureza. Para além de qualquer discussão de “níveis” ou “grau” de celticidade, de até quando se pode ou não falar sobre celtas, ou mesmo levando em consideração autores que acreditam que nunca houve qualquer celta em lugar algum, importa o fato de que o termo, mesmo que seja para figurar após a palavra “proto”, “pseudo”, “literário” (e dezenas de outros), está presente, já existe no campo discursivo, integra o léxico destas narrativas. Ou seja, importa o aparecimento, usos (e abusos) e controles da forma “celta” nos discursos científicos e acadêmicos.

⁸³ Cf. A obra “Os Celtas”, de Venceslas Kruta, por exemplo, traduzida no Brasil pela Martins Fontes (1989).

Desta forma, apesar das escolhas teórico-metodológicas e das circunscrições cronológicas impostas à temática, como fez-se saber parágrafos acima, Miranda Green reconhece este problema que envolve a nomenclatura “celta” e sistematizou uma das definições mais precisas sobre este assunto no que diz respeito a esta dificuldade de limitações e escolhas por periodizações e formas. A professora de Arqueologia da Cardiff University afirma que falar sobre celtas implica em estar pronto a discutir a relação entre cultura material, etnicidade e linguagem. E também que, apesar do fato de que a *“Celtic culture per se is generally considered to come to an end around the end of the first century BC”*, e, depois disso, o termo *“Romano-Celtic”*, então, seria mais apropriado, denotando trocas culturais, é difícil definir quem são os celtas e o que é a celticidade. Esta dificuldade se dá pelo fato de que *““Celts” and “Celtic” are terms which mean different things to different people”* e, mais ainda, que *“The only way to deal with this conflict of approaches is to recognize that they are, to an extent, irreconcilable”* (GREEN, 1996: 06). Vamos ver como o termo aparece nos documentos antigos.

CELTAE/CELTAS

O conjunto de povos que podem ou não ser considerados “celtas” parece não ter dado tanta importância à escrita, antes, dava preferência à oralidade, enfatizando a memória, transmitida por atos de fala. Aqueles que eram responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais deviam estudar durante muito tempo. Assim, investigar os documentos escritos sobre os “celtas” significa ver o que os outros, como gregos e romanos, narraram acerca deles, o que por si só já pressupõe um grande problema de caráter identitário, uma vez que, apesar das evidências linguísticas e arqueológicas, a história dos “celtas” é geralmente escrita com base no relato elaborado por terceiros.

Entre os gregos, há referências sobre estes povos, por exemplo, em Hecateu de Mileto, que menciona o mar céltico (τὸ δὲ εἰς τὴν **Κελτικὴν** θάλασσαν⁸⁴), localiza Nirax como uma cidade céltica (Νύραξ· πόλις **Κελτική**⁸⁵) e diz que Massalia ficava na terra dos lígures, perto do país dos celtas (Μασσαλία· πόλις τῆς Λιγυστικῆς κατὰ τὴν **Κελτικὴν**⁸⁶). Da mesma maneira, sabe-se que em Heródoto temos a evidência mais antiga do etnônimo *Κελτοί*. Em suas *Histórias*, ele diz que o rio Danúbio começava no território dos celtas e na cidade de Pirene e, no mesmo trecho, fala sobre onde os celtas estariam “agora” localizados (Ἴστρος τε γὰρ ποταμὸς ἀρξάμενος ἐκ **Κελτῶν** καὶ Πυρήνης πόλιος ῥέει μέσσην σχίζων τὴν Εὐρώπην (οἱ δὲ **Κελτοί** εἰσι ἔξω Ἡρακλέων Σπηλέων, ὁμουρέουσι δὲ Κυνησίοισι, οἱ ἔσχατοι πρὸς δυσμέων οἰκέουσι τῶν ἐν τῇ Εὐρώπῃ κατοικημένων⁸⁷). Uma sistematização de todas as vezes que os gregos mencionam os Celtas, acompanhada de uma análise mínima, ocuparia o espaço de alguns livros. A título de exemplo, além dos mencionados Hecateu de Mileto e Heródoto, podemos lembrar também de Estrabão, Diodoro, Dionísio, Ptolomeu, Xenofonte, Platão, Aristóteles, Possidônio, Plutarco, Pausânias, entre outros. Até mesmo o Apóstolo Paulo escreveu uma carta aos Gálatas, um termo grego também relacionado com os “Celtas”. Paremos por aqui, as referências ocorrem em vários autores, são centenas de fragmentos.

Entre os romanos também são inúmeras referências, Tito Lívio, Justino, Plínio, César e Tácito são alguns dos que escrevem sobre os “celtas”. Júlio César, por exemplo, em sua obra *Comentarii de Bello Gallico*, diz que “*Gallia est omnis divisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur*⁸⁸. Ou seja, ele divide a Gália em três regiões tendo em vista etnicidade,

⁸⁴ Hecataeus Hist., Fragmenta. 18a, 12-13.

⁸⁵ Hecataeus Hist., Fragmenta. 56, 1.

⁸⁶ Hecataeus Hist., Fragmenta. 55,1.

⁸⁷ Herodotus Hist., Historiae. Livro II, 33: 10-14.

⁸⁸ Júlio César, *Comentarii de Bello Gallico*. I.1.

cultura e língua: *Celtae, Aquitani e Belgae*. Segundo lê-se na descrição de César, em latim, os romanos chamavam os povos mencionados de “gauleses”, mas, no idioma do próprio povo eles utilizavam a nomenclatura “celta”, segundo nos diz o autor do *De Bello Gallico*. Para Títo Lívio, os Celtas apareceram em contato com os romanos durante o período de Tarquínio (o antigo), ou seja, 658-578 antes da Era Comum. Provavelmente Lívio equivocou-se, uma vez que estes eventos parecem ter ocorrido em data posterior, talvez no século V ou IV a.E.C.. Problemática esta que não nos interessa no momento, importa a menção aos Celtas, independente de quando estes fatos ocorreram. Alguns autores romanos, como o próprio César, Cícero, dentre outros, fornecem informações sobre os druídas, uma espécie de sacerdote, também relacionados à cultura céltica. César nos informa, por exemplo, que o tempo de estudo de um druída podia alcançar os 20 anos. Sabe-se ainda que os Celtas também estavam envolvidos em um ataque à cidade de Roma no ano de 390 a.E.C., fato que é mencionado, por exemplo, por Q. Claudius Quadrigarius. Lívio, mais uma vez, refere-se a estes eventos como tendo ocorrido em outro ano, 361. Interessa a menção aos Celtas, independente da data “correta”. Lucano e Apiano também fazem referências aos chamados “Celtiberos”, ou seja, Celtas da Península Ibérica, que migraram para este local a partir da Gália por causa de uma fome em sua terra de origem.

Desta maneira, percebe-se que houve um conjunto de povos que preocupou tanto autores gregos como romanos, que escreveram sobre estes “invasores” e “bárbaros”. Fica evidente que o termo “celta” aparece para nós a partir deste corpus documental antigo e que tem origem no grego *Κελτοί* (mesmo que se trate de uma tradução de alguma língua céltica para o idioma dos helenos), quando aparece em textos clássicos pela primeira vez, daí surgindo o vocábulo *Celtae*, em latim, de onde se origina o nome que usamos em português para se referir a este conjunto de povos: Celtas. David Rankin, em sua obra *Celts and the Classical World*, nos lembra que, embora nós devamos fazer uso do termo “Celta”, como um nome mais geral para se referir a este determinado conjunto de povos, outras palavras também aparecem com frequência: Gauleses, *Galli*, *Galatai*, Goidélicos,

Britônicos, *Britanii*, *Picti* (*Cruithni*), *Érainn* e outros nomes específicos, que, segundo o autor, ocorrem “de tempos em tempos” (Rankin, 1996).

A imagem dos Celtas tal qual aparece nestes relatos, pelo menos em alguns deles, é problemática, pois os povos agrupados sob esta alcunha são vistos sob o prisma do outro como uma ameaça, o diferente, ou, no mínimo, como o exótico. Tácito, Dião Cássio e Herodiano, por exemplo, nos dão referências significativas no que diz respeito a esta questão, principalmente na abordagem dos bretões do Norte, frequentemente mencionados como “britanni”, povos que depois do panegírico de Constâncio Cloro passarão a ser chamados de “pictos”, o que pode ser verificado na obra de Amiano Marcelino e Claudiano⁸⁹. Na obra de vários autores clássicos, os “celtas” aparecem como beberrões, dados à guerra, na qual lutavam nus, bárbaros, que não temiam nem mesmo a morte e faziam sacrifícios humanos. Apesar destes problemas, que não serão explorados aqui, Barry Cunliffe explica que sem estas narrativas clássicas haveria muita coisa que jamais saberíamos, pois a arqueologia sozinha não seria capaz de elucidar. Segundo o autor, “*we would not be able to appreciate the long period of conflict between the Celtic communities of the Po Valley and the Roman World; we would be entirely ignorant of violent raids of the Celts deep into Greece in the third century*”. Para ele, “*The classical sources provide a story-line and colour, The greek and Roman authors have provided us with their own vision of the Celts- a vision born of contemporary or near contemporary experience that cannot be ignored*” (CUNLIFFE, 1997: 01-02).

É importante ressaltar que está sendo explicitado aqui é a problemática em torno da definição do que é e o que não é “céltico”, bem como de que maneira o termo passou a ser usado na historiografia e chegou até nós, dando origem aos estudos célticos, presentes em todos os cantos do mundo e já em algumas universidades brasileiras. Ou seja, não está sendo defendida aqui a abolição da forma “celta”, mas uma criticidade da

⁸⁹ Agradeço pelas contribuições de Juliet Schuster (UFRGS), orientanda de Anderson Zalewski Vargas. Juliet é a única pesquisadora brasileira que estuda os Pictos, me indicou bibliografia de referência neste sentido.

mesma, afinal, como Norberto Luiz Guarinello bem sugeriu, “as formas não são inocentes e, em alguns casos, nem totalmente inofensivas” (GUARINELLO, 2003). Sobre este aspecto, é bastante interessante o que fez o tradutor da frase “Roma não foi construída em um único dia” para o idioma Esperanto. Não conseguindo produzir uma rima sonora com o exemplo romano, acabou invertendo o ditado, dizendo; “*En unu Tago ne elkreskis Kartago*”. Um raciocínio assim, se aplicado à História, certamente causaria certos embaraços, produziria algumas mudanças, levando as atenções para o Norte da África, substituindo Roma por Cartago. É preciso refletir sobre as formas, não somente usá-las.

Desde que estas referências foram feitas tanto por gregos quanto por romanos, o termo “celta” foi, pouco a pouco, se transformando em mais uma consolidada forma histórica, usada por inúmeros historiadores modernos para agrupar povos de épocas, culturas e lugares diferentes. Desta maneira, sob a alcunha “celta” e suas variantes, dezenas de etnias distintas são reunidas com o argumento de que estes povos falavam um idioma descendente do mesmo tronco, apresentavam semelhanças religiosas e também culturais. Outro efeito do uso desta forma é falar de uma localidade ou etnia específica, substituindo seus nomes pelo termo geral, tomando, assim, o todo pela parte.

Na prática, o que literalmente se faz, e é bastante comum até mesmo entre os especialistas, sendo praticamente uma regra entre aqueles que não são familiarizados com os estudos célticos, é falar de Bretões, Escotos, Gálatas, Trinovantes, Caledônios, Helvécios, Brácaros, Galaicos, Pictos, Éduos, Allobroges, Ambiani, Atrebates, Arveni, Baiocasses, Boini, Bellovaci, Bituriges, Carnutes, Cenomani, Centrones, Curiosolitae, Nervii, Medullii, Menapii, Morini, Parisii, Redones, Remi, Satones, Senones, Sequani, Suessiones, Treveri, Turones, Vellavi, Veneti, Viducasses, Viromandui, Turini, Insubres, Vertamocorii, Cenomani, Lingones, Cotini, Eravisci, Scordisci, Latobici, Albiones, Astures, Bletonesii, Bracari, Cantabri, Carpetani, Celtiberos, Celtici, Coelerni, Cynetes, Equaesii, Grovii, Interamici, Leuni, Limici, Luanqui, Lusitanii, Lusones, Narbasi, Nemetati, Oretani, Paesuri, Tamagani, Tapoli, Turduli, Turodi, Vaccaeii, Vettones, Zoale, Ancalites, Attacotti,

Brigantes, Cantii, Carvetii, Cassi, Catuvellauni, Cornavii, Damnonii, Epidii, Ordovices, Regnenses, Silures, Trinovantes, Venicones e tantos outros povos a partir de uma única forma: “celtas”. Desta maneira, perde-se todas as especificidades, e tantas identidades distintas são agrupadas em um único vocábulo, em favor de um gosto exagerado, ou mesmo uma necessidade, pela unidade. Categoria esta que não se adequa ao mundo “celta”, uma vez que estes não formavam um grupo comum, não tinham um Estado organizado e nem uma consciência identitária, uma “celticidade”. Miranda Green percebeu isso muito bem, ela escreveu que *“Romans identified themselves as such: Cuius Romanus sum. We cannot tell whether a comparable Celtic consciousness ever existed”* (GREEN, 1996: 03). Talvez o exemplo mais generalizante deste *modus operandi* seja chamar os diversos povos mencionados por Júlio César no *De Bello Gallico* de “celtas” ou de “gauleses”, sendo que, como vimos agora pouco, o próprio autor da obra a inicia dizendo que toda a Gália estava dividida em três partes, somente uma delas correspondendo aos Celtas e, quando se adentra na leitura do texto cesarino, percebe-se que a pluralidade de povos e a multiplicidade de etnias é tão vasta que não cabe nem mesmo dentro do vocábulo “celta”.

Quando o tema do cristianismo irlandês, por exemplo, é mencionado nos livros de história, geralmente ele aparece na categoria de História Medieval e frequentemente relacionado com a forma “celta” ou céltico”. Foi necessário que Kathleen Hughes escrevesse seu artigo *The Celtic church: is this a valid concept?* (1981) para que os historiadores comesçassem a parar de falar em uma “Igreja Céltica”⁹⁰. Todavia, ainda não

⁹⁰ Duas observações devem ser feitas. Primeiro, se por um lado o artigo de Hughes resolve um problema, o cristianismo irlandês deve ser compreendido como vinculado ao cristianismo romano e não como um fenômeno isolado, por outro, direciona os olhares dos pesquisadores aos vínculos entre o cristianismo irlandês e o continental, abrindo o flanco para a cristalização de outras formas históricas, como se estas não apresentassem problemas semelhantes a forma combatida. Por fim, a discussão central de Hughes não é a forma “céltica”, com relação ao que vinha sendo descrito pelos historiadores como “Celtic Church”, mas a funcionalidade explicativa deste conceito, pois, segundo a autora (HUGHES, 1981), o termo não era suficiente para abarcar a realidade da sociedade irlandesa do período em questão. Ao contrário, fazia-nos crer em uma Igreja céltica separada da romana, uma idéia equivocada.

de forma definitiva, como podemos perceber com a publicação de *Liturgy and ritual in the Celtic churchy*, em 1988, por F.E.Warren. O que justifica também o aparecimento de *The Myth of the Celtic Church* (1992), de autoria de Wendy Davies. Enquanto alguns historiadores preferem falar em uma “Irlanda céltica pagã” e dos enigmas da “Idade do Ferro irlandesa” (RAFTERY, 1994) ou de uma “espiritualidade céltica” (DAVIS e O’LOUGHLIN, 2000), outros pesquisadores preferem termos como “Early Christian Ireland” (CHARLES-EDWARDS, 2000) ou “*The Church in Irish society, 400-800*” (HUGHES, 2005)⁹¹. Cada uma destas obras, de acordo com os enredos que constróem em suas narrativas, fazem opção por uma forma ou por outra. No entanto, como vimos, todas estas formas podem ser localizadas e estudadas, não são inocentes e apresentam uma série de opções implícitas. Agora, já bem mais ambientados à problemática que envolve a matéria céltica, podemos falar de periodização.

3 A PROBLEMÁTICA DAS PERIODIZAÇÕES PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DOS CELTAS

Apesar de vários questionamentos e debates, é frequente encontrar em livros que a História da “Grécia” se divide nos seguintes períodos: “Minóico, Micênico, Idade das Trevas ou Período Intermediário, Período Arcaico, Período Clássico, as vezes também chamado como “século de Péricles”, e Período Helenístico”; de igual modo ocorre com Roma, sendo para este caso as seguintes categorizações: “Fundação de Roma, Monarquia, República, Império, que, dependendo da obra, também é dividido entre alto e baixo império, por vezes também aparecem os termos principado e dominato”. Claro que tal divisão, tanto para Grécia quanto para Roma, é apenas uma tentativa de representação e classificação da história de ambos, sendo, portanto, artificial. Inúmeros problemas

⁹¹ Escrito por Kathleen Hughes em 1974, todavia publicado apenas 31 anos depois, o longo atraso foi devido à morte da autora em 1977.

poderiam ser considerados, como, por exemplo, o fato de que não havia uma consciência de unidade geográfica que se pudesse chamar “Grécia” na Antiguidade ou, no mínimo, que qualquer noção que se aproximasse desta idéia não corresponde ao que compreendemos por Grécia nos dias atuais. Da mesma forma, de maneira alguma a história da cidade de Roma coincide com aquela do Império Romano, também sendo motivo de debate. Além do que, para alguns historiadores, como é o caso do irlandês J.B. Bury, não há Império Bizantino, mas sim Império Romano do Oriente, que não teve um fim até a tomada de Constantinopla pelos turcos.

Para uma escrita da história dos celtas, tais problemas também se fazem notar, acrescentando o fato de que o arco cronológico cobre do XIV antes da Era Comum até os dias atuais, dependendo da escolha que se faça. Assim, qualquer tentativa de periodização vai esbarrar, no geral, em duas possibilidades: 1) ou se aceita a periodização do século XIV a.E.C. até os dias atuais; 2) ou então se define o que é céltico, a qual período da história isto pertence e, a partir daí, elabora-se a periodização somente desta parcela de tempo. E, claro, em ambas as escolhas está implícito que deve-se concordar que celtas existiram, aceitar classificar povos diferentes (como scotus e helvecius) sob esta alcunha, e estar preparado para debates de caráter identitário, nacionalista, relacionados à disputas mnemônicas e representacionais. Tendo em vista estas questões, faz-se saber que uma das periodizações mais frequentes nos livros sobre esta temática é uma contribuição arqueológica. Trata-se da sequência: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, período de grandes migrações, que passamos a mencionar a seguir.

A chamada Civilização dos Campos de Urnas compreende o período que se estende do século XIV até o IX antes da nossa era, corresponde, assim, ao período da “Idade do Bronze” européia. Venceslas Kruta diz que o termo “Campos de Urnas” está relacionado com as práticas rituais desta civilização, ligadas à incineração dos corpos. O autor lembra, no entanto, que não podemos pensar que havia exclusividade de apenas este rito funerário. Segundo Kruta, alguns reconhecem nesta civilização dos campos de

urnas uma primeira expansão céltica. No passado, já houve até mesmo uma teoria linguística que tentava comprovar esta hipótese. O autor salienta que, se por um lado, é difícil comprovar estes vínculos, por outro, também não devemos duvidar desta possibilidade. Ele lembra ainda que não podemos deixar de considerar que a chamada civilização dos campos de urnas engloba também outros agrupamentos étnicos (KRUTA, 1989: 59).

A cultura de Hallstatt, assim chamada por conta de uma série de artefatos encontrados em uma localidade que leva este nome, perto da cidade de Salzburgo, na Áustria, é frequentemente associada aos celtas. Dificilmente um estudo sobre a temática céltica deixa de fazer referência a este fenômeno e é praticamente impossível encontrar alguma obra sobre os Celtas em que a palavra “Hallstatt” não apareça pelo menos uma vez. A “cultura de Hallstatt” é dividida em fases, cada uma representando um período, usando, para esta finalidade, letras do alfabeto: A, B, C e D. Estas divisões estão relacionadas com as camadas de artefatos que foram retiradas pelos arqueólogos, usando o método Estratigráfico. Assim, em obras de arqueologia é corrente encontrar termos como “HaA” ou “HaB”, ou seja, “Hallstatt A” e “Hallstatt B”, respectivamente. O período que costuma aparecer relacionado ao termo “Hallstatt” varia de 1.200 até 475 antes da Era Comum. Por vezes, alguns destes períodos são enfatizados. Barry Cunliffe, por exemplo, aborda com maior detalhe “Hallstatt C- c. 750-c. 600 BC”; “Hallstatt D1- c. 600-c.530/520 BC” e “Hallstatt D2-3 c. 530/520- c. 450/440 BC”, cuja reunião ele classifica sob a forma “The Hallstatt World: 650-450 BC”. Uma questão de concentração em um período específico, uma vez que, como o leitor pode perceber, Cunliffe começa em “Hallstatt C” (750-600), não fazendo referência a “HaA” e “HaB” e, chamando de “Hallstatt World” o período de 650 até 450 antes da Era Comum (CUNLIFFE, 1997: 51). Com base nos achados deste sítio arqueológico (Hallstatt) passou-se a falar, então, dos povos que viveram em tal localidade como sendo celtas. Kruta, por exemplo, considera a civilização de Hallstatt

como o “núcleo” de desenvolvimento das culturas célticas e que se queremos procurar os Celtas ocidentais devemos procurá-los em Hallstatt (KRUTA, 1989: 60).

A sequência cronológica das periodizações célticas tendo por base os achados arqueológicos nos conduz à cultura de La Tène, que relaciona-se a vários artefatos (espadas, fíbulas, armas de defesa etc) encontrados em um sítio arqueológico com este nome, as margens do lago Neuchâtel, na Suíça, descoberto em 1857. Descobriu-se aí um *Oppidum*, fortificação celta, que talvez pode ser a idéia mais próxima do que pensamos como sendo uma cidade, vila ou povoado, já que estes povos não apresentaram uma forma de organização semelhante a Pólis ou a Urbs. Cunliffe classifica La Tène no período de 450/440-380/370 antes da Era Comum. Trata-se de uma fase posterior a Hallstatt (imediatamente posterior, ou com intervalo de uma ou duas gerações?). O autor afirma que La Tène é um período em que *“a warrior aristocracy frequently buried its dead with their spears and swords”*. Segundo ele, *“It was in this zone that the highly distinctive Celtic art style developed”* (CUNLIFFE, 1997: 63). Para os propósitos deste artigo, que é de localizar periodizações para a escrita de uma história dos celtas, importa o fato de que as obras que pretendem tecer tais narrativas, fazem uso das formas “Hallstatt” e, em seguida (imediatamente após ou com algum intervalo), “La Tène”, contrastando-as a partir dos materiais encontrados (por exemplo, na primeira, Hallstatt, as armas eram para caça ou exibição; já em La Tène, o enterro de armas de guerra eram frequentes) e associando-as aos celtas.

Um importante momento neste quadro cronológico é o período das grandes migrações destes povos considerados “celtas”, o que pode ser percebido a partir de fontes escritas ou por meio da cultura material. É neste contexto que insere-se o dia 18 de Julho de 390 antes da Era Comum, quando Roma foi atacada pelos celtas, uma imagem que perdurará na memória romana por longo tempo. O século IV a. E.C. é a data que frequentemente aparece no centro das polêmicas relacionadas com as movimentações destes povos por toda a Europa, tanto continental quanto insular. É o cerne do debate

sobre se havia celtas na Irlanda, e, caso a resposta seja afirmativa, se eles habitavam a Ilha desde tempos mais longínquos ou se houve uma grande invasão celta à Irlanda nesta data, assunto retratado, por exemplo, na obra de T.G.E. Powell (1965). Em termos documentais, há referências a estas migrações nas Histórias de Tito Lívio e Políbio e na Geografia de Estrabão, por exemplo. O tema é interessante o suficiente para que em sua obra *The Ancient Celts*, Barry Cunliffe tenha dedicado um capítulo detalhado, intitulado *The Migrations*, sobre este período (CUNLIFFE, 1997: 68-90).

Geralmente, esta sequência que acabamos de mencionar: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, período de grandes migrações, está presente na maior parte das obras sobre celtas. Todavia, é importante lembrar que após César e a conquista da Gália e, logo a seguir, depois do advento do Cristianismo, passa-se a discutir se ainda é possível falar de celtas. Trata-se certamente de uma questão de identidade, memória e representação. O cerne do debate migra para outras áreas, passa a ser religioso, linguístico, político, folclórico etc. Constanze Witt, no capítulo 26 (*The Celts*) da obra *A Companion to Ancient History*, fez uma boa sistematização sobre as principais caracterizações dos “celtas” tendo em vista esta questão, ação que, como já vimos, faz-se necessária para qualquer discussão sobre periodização que envolva estes povos. Tentando responder à pergunta: houve celtas antigos? O autor considerou importante pensar sobre estas diversas formas de representação. Vamos ver como Witt dividiu estas classificações, e com tal divisão encerramos este artigo.

Primeiramente, aparece o que Witt chama de *Popular Celts*. Ou seja, representações dos celtas na arte, na música, no neo-paganismo, druidismo e diversas outras filosofias que o autor classifica como “*new age*”. São abordagens ficcionais da Antiguidade. No Brasil, esta temática dos usos e abusos do passado antigo costuma aparecer sob o termo “História Antiga e Usos do Passado”. É um dos temas explorados, por exemplo, por Renata Senna Garraffoni, da UFPR. Witt lembra que em uma representação assim, os celtas são facilmente reconhecidos. Assim, se por um lado, os

pesquisadores acadêmicos não são capazes de fornecer uma imagem definida dos mesmos, por outro, o público geral não tem qualquer dificuldade para fazer isso, mesmo que estes “celtas” tenham pouco em comum com as evidências arqueológicas. A seguir, o autor destaca o que ele chama de *Linguistic Celts*. Ou seja, trata-se de uma definição destes grupos a partir dos idiomas que falam, Witt lembra que a preservação destas línguas “célticas” *“play a central role in the self-identification of modern Celtic populations”* (WITT, 2009: 285). *Ethnic and “cultural” Celts* é a próxima classificação da lista do autor e, segundo ele, está diretamente relacionada com a “invenção” moderna dos celtas. Uma temática complexa que envolve as noções de uma cultura ou “espírito” céltico comum e até mesmo o uso da ciência para responder questões de cunho identitário, como, por exemplo, as tentativas de mapeamento de um DNA “céltico” ligando povos antigos e modernos, continentais e insulares. Witt conclui seu delineamento mencionando os celtas a partir da arqueologia e dos documentos antigos, etapas sobre as quais já falamos. Assim, vamos à tese do autor. Para ele, o debate sobre a questão da “celticidade” vai continuar, dificilmente isto será resolvido, uma vez que se trata de um grande constructo. Witt diz que a questão da Celticidade está *“Very much in the eye of the beholder”*. Ou seja *“It is a construct, imposed by outside observers on groups of ancient people”*. E, ainda, que nós não temos com saber como estes povos se viam, eles *“may or may not have perceived themselves as having anything in common, let alone associated themselves with any form of the term “Celtic””* (Witt, 2009, 286).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a grande questão para uma problemática das periodizações destes povos que chamamos de “Celtas”, não podemos afirmar que um dia tenha havido qualquer grupo que se definisse assim. Cada vez mais, estudiosos da matéria céltica parecem apresentar uma maior consciência crítica acerca desta forma. Para o estudo da História da Irlanda, por exemplo, fala-se com mais frequência em *“Pre-historic and Early Ireland”*,

“Ireland under the Vikings”, “Ireland under the Normans”, “Medieval Ireland”, “Early Christian Ireland”, “Gaelic Ireland”, “Roman Ireland” etc. Ou seja, parece haver uma mudança nos usos da terminologia e das formas históricas em períodos mais recentes da historiografia irlandesa, aparecendo nomenclaturas que se concentram em uma “história da Irlanda” e não em uma “história dos celtas”. Talvez esta seja uma referência à questão nacional, presente nos debates entre o que convencionou-se chamar de “nacionalismo” e “revisionismo”. A mesma querela acompanha outros países considerados “célticos”, como País de Gales, Escócia, Ilha de Man etc. Ou seja, parece que as periodizações para a escrita de uma história dos “Celtas” se resumem mais a uma questão que gira em torno de palavras e não de números. Trata-se muito mais uma definição identitária, ideológica e política, do que uma classificação numérica, definindo épocas ou períodos históricos baseados em datas inferidas de documentos escritos ou achados arqueológicos.

Trata-se de uma questão bastante complexa falar de periodização para a escrita de uma história dos celtas, pelo simples fato de que, desde o início, o termo *Celtae/Celtas* foi um termo generalizante, que fazia referência a um enorme conjunto de povos, que nem sempre compartilhavam interesses. Basta lembrarmos que este foi um dos principais elementos a favor de Júlio César quando de suas intervenções na Gália, as fragmentações e divisões internas da mesma, que facilitaram suas conquistas bélicas. Assim, talvez a principal tarefa de alguém que queira aventurar-se pela matéria céltica seja a de, a partir da leitura criteriosa da bibliografia acadêmica especializada no assunto e de documentos, compreender um pouco destas discussões de caráter identitário e relacionadas com o uso de formas nas narrativas sobre o passado. Há muita coisa escrita sobre o tema, mas deve-se sempre mapear de onde procedem os conjuntos de enunciados que mencionam a nomenclatura “celta” e seus derivados, pois o termo aparece com inúmeros sentidos, com propósitos divergentes, e é utilizado para os mais variados fins, em um arco cronológico, como vimos, que vai do século XIV antes da Era Comum até o tempo presente, e, muitas vezes, sem qualquer base nas evidências documentais e desprovido de uma diálogo

historiográfico consistente. Ainda, é importante ressaltar que talvez seja melhor falar de “Estudos Célticos”, do que relacionar os celtas a uma disciplina específica e/ou um período determinado, como “História Antiga” ou “História Medieval”, pois, em diversas ocasiões, o pesquisador pode encontrar dificuldade se fizer questão de insistir em usar apenas estas definições que estamos habituados no Brasil, principalmente quando se diretir a uma biblioteca no exterior e perceber que nas estantes da mesma, as classificações são outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CÂNDIDO, Maria Regina. *Mulheres na Antiguidade- Novas perspectivas e abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ-NEA/Gráfica e Editora-DG Ltda, 2012.
- CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- DAVIES, Oliver; O'LOUGHLIN, Thomas. *Celtic spirituality*, Paulist Press, Eua: 2000.
- DAVIES, Wendy. “The myth of the Celtic Church”. IN: *The Early Church in Wales and the West*, ed. Nancy Edwards and Alan Lane. Oxbow: 1992.
- DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans; WHITE, Hayden. Hayden White: The Image of Self-Presentation. *Diacritics*. Vol. 24, Nº 1, p. 91-100, Spring, 1994.
- DONNARD, Ana . *Estudos Célticos em Resenha: antigas identidades, novos paradigmas*. *Extensão e Cultura (UFG)*, v. 10, p. 160-165, 2011.
- DONNARD, Ana. *As Origens do Neo-Druidismo: Entre Tradição Céltica e Pós-Modernidade*. *Revista de Estudos da Religião-REVER*. (PUCSP) São Paulo, v. 2, p. 88-108-2006
- F.E. WARREN. *The Liturgy and Ritual of the Celtic Church*. *Studies in Celtic History* 9. Wolfeboro, New Hampshire: Boydell Press, 1987.
- FARELL, Elaine. *Serviço Pastoral e dependentes eclesiásticos na Irlanda na Alta Idade Média*. *Brathair*, 11 (2), 2011: 3-15.
- GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996.

GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia: hist. e soc.* Vitória da Conquista, Vol. 3, nº 1, p. 41-61, 2003.

HAYDEN WHITE. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001

HUGHES, Kathleen. The Celtic Church: Is This a Valid Concept? *Cambridge Medieval Celtic Studies*, Nº 1, p. 1-20, 1981.

HUGHES, Kathleen. *The Church in Early Irish Society*. New York: Cornell University Press, 1966.

HUGHES, Kathleen. *The Church in Irish society, 400-800*. In: Ó CRÓINÍN, Dáibhi. *A New history of Ireland: Prehistoric and Early Ireland*. New York: Oxford University Press, 2005, p 301-329.

JACOBS, Joseph. *Contos de fadas Celtas*. São Paulo: Landy, 2003.

JOHN, C. Koch. *Celtic Culture- A Historical Encyclopedia*. CALIFORNIA: ABC-CLIO, 2006

KRUTA, Venceslas. *Os Celtas*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LUÍS COSTA LIMA. *A Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. Três polêmicas com Hayden White. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, Ano 2, Nº 5, p. 54-82, Junho, 2011.

MORSE, M. A. 2005. *How the Celts Came to Britain. Druids, Ancient Skulls, and the Birth of Archaeology*. Stroud.

POWELL, T.G.E. *Os Celtas*. Lisboa: Verbo, 1965.

RAFTERY, Barry. *Ireland: a world without the Romans*. In: GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996. p 636-653.

RAFTERY, Barry. *Pagan Celtic Ireland: The Enigma of the Irish Iron Age*. London and New York, Thames and Hudson: 1994.

RANKIN, David. *Celts and the Classical World*. London and New York, Routledge: 1996.

T.M. CHARLES-EDWARDS. *Early Christian Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TACLA, Adriene Baron. A “Dama” de Vix: poder e prestígio da Mulher Celta?. In: CÂNDIDO, Maria Regina. Mulheres na Antiguidade- Novas perspectivas e abordagens. Rio de Janeiro: UERJ-NEA/Gráfica e Editora-DG Ltda, 2012, p. 9.25.

WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (org.) A Companion to Ancient History, John Wiley & Sons Ltd, UK, 2009, p. 284-298.